



MUNDIAL S.A. – PRODUTOS DE CONSUMO

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Mundial S.A.- Produtos de Consumo (a "Mundial") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

As atividades objeto da Mundial são divididas em:

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Personal Care: tem por objeto a fabricação e a comercialização de artigos de manicure e beleza pessoal, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Gourmet: tem por objetivo a fabricação e a comercialização de facas profissionais, talheres e utensílios de uso geral, a importação e exportação destes produtos;

Craft: tem por objetivo a fabricação e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

A Mundial, em conjunto com suas controladas, (denominadas como "a Companhia"), ainda atua nos seguintes segmentos:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., com sede em Guarulhos – SP, que atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent).

Através das controladas diretas e indiretas, Mundial Inc. e Mundial Personal Care LLC, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina S.A., com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro e Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda com sede em Manaus, efetuam a comercialização e distribuição dos produtos de *personal care*, *fashion*, gourmet, motores e demais itens de beleza pessoal.

As ações da Mundial S.A. – Produtos de Consumo são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.

1.1 Fechamento de capital

A Mundial S.A. Produtos de Consumo ("Companhia") comunicou através da divulgação de fato relevante no dia 27 de novembro de 2015, que a acionista ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. (ZHEPAR) que pretende realizar Oferta Pública para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia.

2 Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mundial foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A administração da Mundial entende ser capaz de cumprir com as obrigações financeiras (nota explicativa 20) e o passivo tributário (nota explicativa 21).

A Companhia vem tomando importantes medidas com o intuito de sanear os pontos comentados acima:

- Em setembro de 2011 a Companhia realizou a alienação de imóveis não operacionais no montante de R\$36.000. Referidos valores foram depositados judicialmente, em conta vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional. A Companhia está aguardando a manifestação da Procuradoria da Fazenda Nacional para deliberar acerca da destinação dos recursos para quitação de tributos federais administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.
- Em novembro de 2012 a Companhia realizou outra alienação de imóvel não operacional no montante de R\$ 22.000. Referidos valores foram depositados judicialmente, em conta vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional. Em abril de 2014 referido montante foi utilizado para quitação de débitos oriundos do parcelamento da Lei nº. 11.941/2009, bem como para quitação de parcelas do parcelamento instituído pela Lei nº. 9.964/2000 – REFIS.
- A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia e suas controladas.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 300 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 41.039, valores diretamente vinculados ao parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/2009.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

A Companhia aderiu em 25 de agosto de 2014 ao parcelamento federal instituído pela Lei nº. 12.996/2014 (reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009), que possibilitou a inclusão de todos os débitos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos e condições da Lei 11.941/2009.

Na etapa seguinte, em dezembro de 2014, a Companhia ultimou as providências atreladas à contabilização do passivo tributário federal enquadrável no parcelamento da Lei 12.996/2014 (vencimento até dezembro de 2013), abatendo multas e juros com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e indicando o número de parcelas desejado para cada um dos módulos previstos (até 180 meses).

Em 06 de outubro de 2014 a Companhia, suas controladas, aderiram aos termos da Medida Provisória nº. 651, de 09 de julho de 2014 (convertida posteriormente na Lei 13.043/2014), com previsão de quitação de passivo tributário federal parcelado, inclusive com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para abatimento de principal, multas e juros.

Nesta esteira, a Companhia, em dezembro de 2014, optou pelo reconhecimento de todo o passivo tributário federal parcelado na Lei 11.941/2009, indicando tais débitos nos termos da MP nº. 651 (Lei 13.043/2014), exceto no que diz respeito aos débitos oriundos da revisão do passivo tributário conforme mencionado acima. Ainda, importante referir que o êxito atrelado à extinção de tais débitos, dentro do projeto de revisão, é considerado provável pelos consultores responsáveis.

Seguindo as premissas estabelecidas pelo artigo 33 e seguintes da Lei nº. 13.043/2014, a Companhia indicou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para quitação de 70% (setenta por cento) do passivo tributário federal consolidado no parcelamento da Lei 11.941/2009. O saldo, de 30% (trinta por cento), será pago em espécie e de forma parcelada.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

- Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a aquisição na totalidade das debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de créditos detidos pela Companhia, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente com a Hercules S.A.

A Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

3 Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora Mundial S.A. - Produtos de Consumo e suas controladas com as seguintes participações diretas e indiretas:

	% de participação 31/12/15		% de participação 31/12/14	
	Direta	Indireta (*)	Direta	Indireta (*)
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	100,00	-	100,00	-
Mundial Inc. (a)	100,00	-	100,00	-
Mundial Personal Care (a)	100,00	-	100,00	-
Eberle Agropastoril S.A.	100,00	-	100,00	-
Monte Magré S.A.	100,00	-	100,00	-
Cia Florestal Zivi-Hercules S.A.	99,74	-	99,74	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	99,00	1,00	99,00	1,00
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	99,00	1,00	99,00	1,00
Mundial Argentina S.A.(a)	96,91	3,09	96,91	3,09
Mundial Asia (a)	-	100,00	-	100,00
Mundial Co (a)	-	70,00	-	70,00
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	99,00	1,00	99,00	1,00
Mundial Europa (b)	-	-	100,00	-
Eberle Bellini S.A.	-	99,88	-	99,88

(*) Refere-se à participação detida pela controlada direta Eberle Equipamentos e Processos S.A.

- (a) Empresas controladas situadas no exterior conforme descrito na nota explicativa 1.
- (b) Conforme aprovado pela Administração da Companhia no primeiro trimestre de 2015 as atividades da controlada Mundial Europa foram desativadas.

4 Base de Preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A revisão de Pronunciamento Técnico nº 07 (aprovado em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre BRGAAP e o IFRS.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2016.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – Ativos mantidos para venda;
- Nota explicativa 15 – Propriedades para investimentos;
- Nota explicativa 19 – Imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota explicativa 17 e 18 – Impairment de ativo imobilizado e intangível;
- Nota explicativa 22 – Provisão para contingências; e
- Nota explicativa 25 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

5 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Mundial S.A. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda de apresentação) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar para, uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível são consideradas como parte do investimento líquido na operação no exterior e são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e acumulados em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas “desreconhecem” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separados.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e suas controladas tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas “desreconhecem” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação como reserva de capital.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são

reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando método linear baseado na vida útil econômica. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo arrendado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

As vidas úteis estimadas dos itens significantes do ativo imobilizado são as seguintes:

- Prédios de 25 a 88 anos;
- Instalações de 3 a 50 anos;
- Máquinas e equipamentos 2 a 40 anos;
- Ferramentas de 2 a 12 anos;
- Computadores de 2 a 6 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de cada exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

i. Reconhecimento inicial

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Dentro desse conceito, os seguintes ativos intangíveis foram reconhecidos: aquisição da licença de uso marca Impala por prazo indeterminado e softwares.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear relacionada às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Softwares de 5 a 15 anos
- Marca Impala: indefinida

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

f. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Ativos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros e ativos fiscais diferidos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos à aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

m. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladora e das controladas, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.(Nota explicativa 23)

n. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada operação de venda.

o. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia e suas controladas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia e suas controladas de controlarem o uso do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros recebidos de clientes, variações cambiais e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações cambiais, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

r. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Mundial e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

s. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Mundial), despesas da sede, resultado financeiro e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

t. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas estão abaixo apresentadas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, que ainda não estão em vigor, estão apresentadas abaixo:

IFRS 9 Financial instruments - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 - Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Mundial S.A. está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio deste fundamento para o reconhecimento de receita, é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Mundial S.A. está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São representados pelo saldo em conta bancária corrente e aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e equivalentes de caixa	386	448	5.495	5.217
Aplicações financeiras	25	525	7.222	5.135
	411	973	12.717	10.352

As aplicações financeiras estão registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, não excedendo aos seus respectivos valores de mercado. Estão demonstradas como segue:

Os títulos de capitalização estão garantindo operações de empréstimos. Esses títulos tem o prazo de até 7 meses e foram negociados taxa de rendimento de TR, (Taxa Referencial).

As aplicações em poupança foram negociadas a taxa de rendimento de TR e podem ser resgatadas a qualquer momento.

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 6 meses e foram negociados em uma taxa média de rendimento de 10% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Operações nas Controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 6 meses e foram negociados em uma taxa média de 10% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras descritas acima estão mantidas em reciprocidade aos empréstimos e financiamentos mencionados na nota explicativa 20.

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda

As aplicações em em Certificado de Depósito Bancário (CDB) estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 6 meses e foram negociados em uma taxa média de rendimento de 5% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras descritas acima estão mantidas em reciprocidade aos empréstimos e financiamentos mencionados na nota explicativa 20.

Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário(CDB) estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 6 meses e foram negociados em uma taxa média de 10% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras descritas acima estão mantidas em reciprocidade aos empréstimos e financiamentos mencionados na nota explicativa 20.

7 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Duplicatas a receber mercado interno	36.736	39.497	114.402	108.186
Duplicatas a receber mercado externo	6.367	4.370	6.820	4.370
Duplicatas a receber de controladas	26.585	17.519	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.809)	(4.559)	(7.308)	(4.915)
	63.879	56.827	113.914	107.641

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:				
Saldo inicial	(4.559)	(4.054)	(4.915)	(4.462)
(-) Complemento	(1.384)	(1.106)	(2.858)	(1.225)
(+) Baixas ou perdas ocorridas	134	601	465	772
Saldo final	(5.809)	(4.559)	(7.308)	(4.915)

O saldo de contas de clientes mercado interno e externo possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
A vencer	38.606	40.102	105.959	99.273
Vencidos até 30 dias	2.474	2.324	4.512	4.276
Vencidos entre 31 e 90 dias	1.326	801	2.358	1.242
Vencidos entre 91 e 180 dias	2.011	2.005	1.142	749
Vencidos há mais de 181 dias	25.271	16.164	7.251	7.016
	69.688	61.396	121.222	112.556

O saldo de contas de clientes mercado interno e externo a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
A vencer até 30 dias	16.425	17.687	49.129	41.541
A vencer entre 31 e 90 dias	15.175	15.651	48.711	47.608
A vencer entre 91 e 180 dias	6.504	6.513	7.390	9.099
A vencer há mais de 181 dias	502	251	729	1.025
	38.606	40.102	105.959	99.273

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está fundamentada em uma análise individual de todos os títulos em aberto há mais de 180 dias por parte da administração, com o apoio da assessoria jurídica de cobrança da Companhia, sendo que a provisão para perdas é constituída para os casos onde sejam considerados de recebimento remoto, conforme critérios definidos pela Administração.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mercadorias	4.858	3.540	27.820	25.667
Produtos acabados	8.729	6.534	9.562	7.450
Produtos em elaboração	7.108	5.610	7.855	6.314
Matérias-primas	8.726	9.692	10.479	11.879
	29.421	25.376	55.716	51.310

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	904	748	904	748
Créditos acumulados de ICMS	111	-	14.490	12.179
Crédito acumulado de IPI	97	-	179	-
Imposto de renda e contribuição social	442	246	660	766
Outros	252	215	1.865	1.548
	1.806	1.209	18.098	15.241
Ativo circulante	1.132	653	3.897	2.314
Ativo não circulante	674	556	14.201	12.927
	1.806	1.209	18.098	15.241

10 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Títulos a receber por alienação de imobilizado	17.934	17.934	17.934	17.937
Redução ao valor recuperável	(1.370)	-	(1.370)	-
Outros títulos a receber	1.389	503	6.449	669
	17.953	18.437	23.013	18.606
Ativo circulante	1.389	503	2.821	669
Ativo não circulante	16.564	17.934	20.192	17.937
	17.953	18.437	23.013	18.606

O saldo de títulos a receber, no montante de R\$ 17.934, em 31 de dezembro de 2015, corresponde à venda da unidade de motores elétricos em 2004, à Metalcorte, hoje, Voges Metalurgia Ltda. Até 31 de dezembro de 2013 o saldo era atualizado pela taxa SELIC acrescido de spread de 0,6% ao mês, no exercício corrente o saldo não sofre mais atualização.

Em junho de 2013 o montante registrado no curto prazo foi transferido para o longo prazo em função da Administração da Companhia estar renegociando o contrato.

Em 2015, a Companhia procedeu ao reconhecimento da perdas por redução ao valor recuperável de títulos a receber por alienação de imobilizado no montante de R\$ 1.370.

Em 04 dezembro de 2015 a controlada Eberle Agropastoril efetuou a venda do imóvel no valor de R\$ 5.544, nas seguintes condições, entrada de R\$ 500, e mais quatro parcelas com vencimentos anuais em de 2016 a 2019, sendo que a última parcela sera reajustada conforme IPCA.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre entidades controladas e outras partes relacionadas.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços são realizadas em condições específicas acordadas entre as empresas da Companhia e levam em consideração os volumes de operações, a periodicidade das transações e a segmentação do processo interno de produção dentro do grupo. Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Todas as transações entre as empresas controladora e controladas foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impactos das transações entre controladora, coligadas e controladas estão demonstrados a seguir:

	Saldos patrimoniais					Outras
	Debêntures	Contas a receber por vendas	Ativo por mútuo e conta corrente	Passivo por mútuo e conta corrente	Contas a pagar por compras	
Controladora						
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	304.638	-	4.943	-	-	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	-	-	10.175	-	-	4.578
Mundial Argentina	-	20.105	3.789	-	-	-
Mundial Inc.	-	4.692	925	-	-	-
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	-	-	30.396	-	-	-
Monte Magré S.A.	-	-	-	33.243	-	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	-	621	-	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	-	64.297	-	1.416
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	-	3.501	-	-
Mundial Personal Care	-	1.724	3.951	-	-	-
Eberle Bellini	-	-	-	2.827	-	-
Zhepar Participações Ltda.	-	-	-	-	-	3.068
Mundial Co	-	64	-	-	3.324	-
Saldo em 31/12/2015	304.638	26.585	54.800	103.868	3.324	9.062

Saldos patrimoniais

	Debêntures	Contas a receber por vendas	Ativo por mútuo e conta corrente	Passivo por mútuo e conta corrente	Outras
Controladora					
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	304.638	-	-	40	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	-	-	9.245	-	3.259
Mundial Argentina	-	14.062	2.595	-	-
Mundial Inc.	-	2.099	629	-	-
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	-	-	17.657	-	-
Monte Magré S.A.	-	-	-	33.343	-
Eberle Agropastoril S.A.	-	-	-	2.270	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	-	613	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	-	21.158	1.416
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	2.036	-	-
Mundial Personal Care	-	867	2.687	-	-
Eberle Bellini	-	-	-	5.527	-
Zhepar Participações Ltda.	-	-	-	-	2.249
Mundial Co	-	273	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	304.638	17.301	35.462	62.338	6.924

	Resultado			
	Venda de produtos e serviços	Variação cambial	Outras receitas	Despesa financeiras
Controladora				
Mundial Argentina	2.279	1.971	-	-
Mundial Inc.	6.331	447	-	-
Eberle Agropastoril S.A	-	-	5.345	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	18	-	-	(958)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	4.576	-	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	76.435	-	-	(325)
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	632	-	-	-
Mundial Personal Care	396	1.317	-	-
Mundial Co	308	69	-	-
Saldo em 31/12/2015	90.975	3.804	5.345	(1.283)

	Resultado		
	Venda de produtos e serviços	Variação cambial	Outras
Controladora			
Mundial Argentina	4.603	685	-
Mundial Inc.	4.516	635	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	8	-	461
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	219	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	61.363	-	442
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	692	-	1.476
Mundial Personal Care	199	28	-
Mundial Co	410	38	-
Saldo em 31/12/2014	72.010	1.386	2.379

	Saldos patrimoniais	
	Debêntures	Saldo ativo por mútuo e conta corrente
Consolidado		
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	304.638	-
Mundial S.A x Eberle Agropastoril	-	-
Hercules X Mundial S.A	-	4.944
Hercules x Eberle Bellini S.A	-	2.966
Saldo em 31/12/15	304.638	7.910
Saldo em 31/12/14	304.638	2.966

Hercules S.A – Fábrica de Talheres

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela Hercules S.A no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente conta de mútuo por conta corrente, conforme descrito na nota explicativa 13. Até 31 de dezembro de 2015 foi pago o valor de R\$ 84.369.

Outras controladas

As transações com Mundial Inc., Monte Magré S.A., Eberle Agropastoril S.A. e Eberle Bellini, decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos.

As demais transações com as empresas controladas referem-se a transferências de numerários na modalidade de conta corrente entre as empresas.

Remuneração dos mútuos:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Empresas no exterior	Variação cambial	Indeterminado
Demais empresas relacionadas	Não remuneradas	Indeterminado

Honorários da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros fiscais, diretores e membros do conselho de administração da Mundial.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Remuneração fixa		
Conselho de administração, fiscal e diretores estatutários	2.594	2.746
Diretores não estatutários	205	366
	2.799	3.112

12 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Direitos creditórios	61.017	54.000	65.391	57.500
Depósito judicial trabalhista/civil	7.749	4.990	8.035	5.070
Adiantamento de fornecedor	3.451	2.598	5.942	4.368
Adiantamento de pessoal	2.425	1.930	2.736	2.321
Banco conta vinculada	6.696	4.126	6.696	3.809
Outras contas	1.853	3.053	2.816	5.531
	83.191	70.697	91.616	78.599
Ativo Circulante	12.772	8.998	16.597	13.239
Ativo não circulante	70.419	61.699	75.019	65.360
	83.191	70.697	91.616	78.599

Em dezembro de 2014 a Mundial S.A e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda, adquiriu direitos creditórios e o saldo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 65.391, e em contrapartida a esse direito a Companhia e sua controlada registraram passivo relativos a dívida atualizada conforme contrato a ser pago parcelado, em 31 de dezembro de 2015 o saldo a pagar é de R\$ 10.469.

13 Debêntures a receber

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE - Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a aquisição na totalidade das debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de créditos detidos pela Companhia, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente com a Hercules S.A.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento e quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir quaisquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do período social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das informações contábeis da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das informações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento. A Hercules S.A., oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade.

Em novembro de 2014 a Companhia recebeu da Hercules S.A o valor R\$ 84.369, através de transferência de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para utilização no parcelamento da Lei 12.996/2014, sendo a título de amortização de parte do saldo das debêntures.

14 Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
Imóveis sito a:	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Rua Paul Zivi-Gravataí- RS	-	18.877	-	18.877
Br.116 Km 145 - Caxias do Sul - RS	-	5.098	-	5.098
Rua Visconde de Pelotas- POA - RS	-	542	-	542
Rua Dona Carlinda - Canela - RS	-	-	-	3.715
Outros imóveis	-	83	-	1.594
	-	24.600	-	29.826

Transferência para propriedade para investimento

Em junho 2015, a Companhia procedeu a reclassificação dos bens do “ativo não circulante mantido para venda” que estavam mensurados pelo custo para Propriedade de Investimento que passaram a ser mensurados pelo valor justo com base em Laudo Técnico emitido por empresa especializada datado em 2 de junho de 2015.

Imediatamente antes da transferência, o Grupo remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho na controladora e no consolidado líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 17.583 e R\$ 25.763, respectivamente, em outros resultados abrangentes.

A Administração procedeu a esta transferência pela decisão de que estes bens serão mantidos para valorização de capital. A decisão da Administração foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração conforme ata datada em 15 de junho de 2015.

(a) Conciliação do valor contábil

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	24.600	29.826
Reclassificação do ativo não circulante mantido para venda	(24.600)	(29.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>-</u>

15 Propriedades para investimentos

(a) Conciliação do valor contábil

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	-
Reclassificação do ativo não circulante mantido para venda	24.600	29.826
Alienação propriedade para investimentos	-	(5.351)
Reconhecimento do valor justo	26.613	39.034
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>51.213</u>	<u>63.509</u>

Propriedades para investimento incluem imóveis comerciais, terrenos e fazendas, sendo que alguns estão arrendados a terceiros.

Em 04 dezembro de 2015 a controlada Eberle Agropastoril efetuou a venda de imóvel no valor de R\$ 5.544, nas seguintes condições, entrada de R\$ 500, e mais quatro parcelas com vencimentos anuais até 2019, sendo que a última parcela será reajustada conforme IPCA.

b) Mensuração do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por empresa independente de avaliações patrimoniais, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localização e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Empresas independentes fornecem o valor justo das propriedades para investimento da Companhia e de suas controladas.

16 Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas:

Investimentos

	Participação total	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas líquida	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial 31/12/2015
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	100,00%	5.991	49.190	31.688	17.502	32.354	(135)	(135)
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	99,00%	99	149.374	103.762	45.612	180.845	4.846	4.797
Mundial Inc.	100,00%	200	23.630	20.084	3.546	22.715	(15)	(15)
Mundial Argentina S.A.	96,91%	1.744	14.545	27.896	(13.351)	9.891	(7.448)	(7.218)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	99,00%	99	41.371	117.761	(76.390)	27.203	(6.006)	(5.946)
Monte Magré S.A.	100,00%	4.361	45.539	12.441	33.098	-	(202)	(202)
Mundial Personal Care	100,00%	100	1.542	9.366	(7.824)	698	(763)	(763)
Mundial Europa	0,00%	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Eberle Agropastoril S.A.	100,00%	1.042	5.106	2.598	2.508	-	(25)	(25)
Cia Florestal Zvi/Hercules S.A.	99,74%	310	-	621	(621)	-	(7)	(7)
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	99,00%	99	4.940	5.226	(286)	5.755	226	224
								(9.293)

Investimentos

	Participação total	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas líquida	Lucro ou Prejuízo	Equivalência Patrimonial 31/12/2014
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	100,00%	5.991	41.973	26.068	15.905	26.604	3.082	3.082
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	99,00%	99	97.281	56.515	40.766	139.612	10.737	10.630
Mundial Inc.	100,00%	200	16.694	14.719	1.975	16.973	(22)	(331)
Mundial Argentina S.A.	96,91%	1.744	10.121	16.811	(6.690)	6.928	(4.368)	(3.899)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	99,00%	99	25.614	95.998	(70.384)	33.264	16.041	15.958
Monte Magré S.A.	100,00%	4.361	37.059	9.421	27.638	-	210	210
Mundial Personal Care	100,00%	100	972	5.830	(4.858)	468	(520)	(509)
Mundial Europa	100,00%	450	4	-	4	-	(84)	(84)
Eberle Agropastoril S.A.	100,00%	1.042	3.402	295	3.107	-	(12)	(12)
Cia Florestal Zvi/Hercules S.A.	99,74%	310	-	613	(613)	-	634	632
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	99,00%	99	1.629	2.141	(512)	5.966	(859)	(850)
								24.827

Composição e movimentação dos saldos

	Saldo líquido 31/12/14	Resultado de equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimento no exterior	Ajuste de avaliação reflexa	Saldo líquido 31/12/2015
Saldo inicial dos investimentos					
Eberle Agropastoril S.A.	3.106	(25)	-	(573)	2.508
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	14.737	(135)	665	-	15.267
Monte Magré S.A.	27.636	(202)	-	5.661	33.095
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	40.361	4.798	-	-	45.159
Mundial Inc.	1.547	(15)	1.466	-	2.998
Saldo de investimento	87.387	4.421	2.131	5.088	99.027
Cia Florestal Zvi/Hercules S.A.	(612)	(7)	-	-	(619)
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	(506)	224	-	-	(282)
Mundial Argentina S.A.	(6.916)	(7.218)	738	-	(13.396)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	(69.680)	(5.946)	-	-	(75.626)
Mundial Europa	-	(3)	3	-	-
Mundial Personal Care	(5.224)	(764)	(2.283)	-	(8.271)
Saldo de provisão para perda em investimento	(82.938)	(13.714)	(1.542)	-	(98.194)

Composição e movimentação dos saldos

	Saldo líquido 31/12/13	Resultado de equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimento no exterior	Transferência	Saldo líquido 31/12/2014
Saldo inicial dos investimentos					
Eberle Agropastoril S.A.	3.118	(12)	-	-	3.106
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	11.566	3.082	89	-	14.737
Monte Magré S.A.	27.426	210	-	-	27.636
Mundial Europa	8	-	-	(8)	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	29.731	10.630	-	-	40.361
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	344	(850)	-	506	-
Mundial Inc.	1.492	(331)	386	-	1.547
Saldo de investimento	73.685	12.729	475	498	87.387
Cia Florestal Zvi/Hercules S.A.	(1.244)	632	-	-	(612)
Mundial Europa	-	(84)	76	8	-
Mundial Argentina S.A.	(2.976)	(3.899)	(41)	-	(6.916)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	(85.560)	15.958	(78)	-	(69.680)
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	-	(506)	(506)
Mundial Personal Care	(4.180)	(509)	(535)	-	(5.224)
Saldo de provisão para perda em investimento	(93.960)	12.098	(578)	(498)	(82.938)

Conforme aprovado pela Administração da Companhia no primeiro trimestre de 2015 as atividades da controlada Mundial Europa foram desativadas e todos os saldos das contas baixados e o investimento extinto.

17 Imobilizado

Movimentação do imobilizado controladora 2015

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipamentos	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total ativo imobilizado
Movimentação do custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2015	18.378	46.580	20.979	174.293	37.224	7.846	9.449	7.257	322.006
Adições	-	-	-	-	-	-	-	9.285	9.285
Baixas	-	-	-	(84)	-	(88)	(285)	(104)	(561)
Transferências	-	45	1.047	6.852	1.193	129	918	(10.184)	-
Saldo em 31/12/15	18.378	46.625	22.026	181.061	38.417	7.887	10.082	6.254	330.730
Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2015	-	(13.291)	(10.568)	(110.670)	(28.740)	(6.513)	(9.067)	-	(178.849)
Adições	-	(1.049)	(954)	(6.833)	(736)	(380)	(277)	-	(10.229)
Baixas	-	-	-	64	-	71	255	-	390
Saldo em 31/12/15	-	(14.340)	(11.522)	(117.439)	(29.476)	(6.822)	(9.089)	-	(188.688)
Saldo em 31/12/15	18.378	32.285	10.504	63.622	8.941	1.065	993	6.254	142.042
Taxa de deprec. média	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	0%

Movimentação do imobilizado controladora 2014

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipame ntos	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total ativo imobilizado
Movimentação do custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2014	18.378	46.665	20.197	170.309	35.103	7.888	9.454	8.098	316.092
Adições	-	-	-	2	-	5	-	8.772	8.779
Baixas	-	(85)	-	(318)	-	(195)	(5)	(80)	(683)
Transferências	-	-	782	4.300	2.121	148	-	(9.533)	(2.182)
Saldo em 31/12/14	18.378	46.580	20.979	174.293	37.224	7.846	9.449	7.257	322.006

Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	(12.225)	(9.666)	(104.175)	(28.050)	(6.319)	(8.895)	-	(169.330)
Adições	-	(1.087)	(902)	(6.559)	(690)	(378)	(177)	-	(9.793)
Baixas	-	21	-	64	-	184	5	-	274
Saldo em 31/12/14	-	(13.291)	(10.568)	(110.670)	(28.740)	(6.513)	(9.067)	-	(178.849)
Saldo em 31/12/14	18.378	33.289	10.411	63.623	8.484	1.333	382	7.257	143.157

Taxa de deprec. média	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	0%
------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------	-----------	-----------

Movimentação do imobilizado consolidado 2015

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipamento s	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total Ativo Imobilizado
Movimentação do custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2015	19.665	50.914	23.333	183.803	37.957	9.123	11.048	8.847	344.690
Adições	-	-	-	17	-	5	-	10.976	10.998
Baixas	-	-	-	(1.879)	-	(89)	(286)	(5)	(2.259)
Transferência	-	45	1.107	7.347	2.867	147	944	(12.457)	-
Saldo em 31/12/15	19.665	50.959	24.440	189.288	40.824	9.186	11.706	7.361	353.429
Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2015		(14.388)	(11.109)	(114.534)	(29.141)	(7.198)	(10.212)	-	(186.582)
Adições	-	(1.153)	(1.077)	(7.483)	(867)	(499)	(264)	-	(11.343)
Baixas	-	-	-	728	-	72	183	-	983
Saldo em 31/12/15		(15.541)	(12.186)	(121.289)	(30.008)	(7.625)	(10.293)	-	(196.942)
Saldo residual em 31/12/15	19.665	35.418	12.254	67.999	10.816	1.561	1.413	7.361	156.487
Taxa de deprec. média	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	0%

Movimentação do imobilizado consolidado 2014

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipamentos	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total Ativo Imobilizado
Movimentação do custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2014	19.665	50.999	21.448	179.850	35.836	8.862	10.903	9.683	337.246
Adições	-	-	-	81	-	35	2	10.887	11.005
Baixas	-	(85)	(10)	(450)	-	(200)	(50)	(392)	(1.187)
Transferência	-	-	1.895	4.322	2.121	426	193	(11.331)	(2.374)
Saldo em 31/12/14	19.665	50.914	23.333	183.803	37.957	9.123	11.048	8.847	344.690
Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2014		(13.189)	(10.237)	(107.442)	(28.368)	(7.006)	(10.013)	-	(176.255)
Adições	-	(1.220)	(999)	(7.193)	(773)	(430)	(219)	-	(10.834)
Baixas	-	21	127	101	-	238	20	-	507
Saldo em 31/12/14		(14.388)	(11.109)	(114.534)	(29.141)	(7.198)	(10.212)	-	(186.582)
Saldo residual em 31/12/14	19.665	36.526	12.224	69.269	8.816	1.925	836	8.847	158.108
Taxa de deprec. média									
	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	-

18 Intangível

Movimentação do intangível em 2015:

	Controladora				Consolidado			
	Marcas e patentes	Software	Outros	Total ativo intangível	Marcas e patentes	Software	Outros	Total ativo intangível
Movimentação do custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2015	24.621	16.848	19	41.488	24.936	19.644	98	44.678
Adições	2	99	-	101	11	258	-	269
Baixas	(3)	-	-	(3)	(3)	-	-	(3)
Transferência	-	-	-	-	114	(114)	-	-
Saldo em 31/12/15	24.620	16.947	19	41.586	25.058	19.788	98	44.944
Movimentação da amortização								
Saldo em 01 de janeiro de 2015	-	(5.994)	-	(5.994)	-	(6.062)	-	(6.062)
Adições	-	(1.313)	-	(1.313)	-	(1.838)	-	(1.838)
Saldo em 31/12/15	-	(7.307)	-	(7.307)	-	(7.900)	-	(7.900)
Saldo residual em 31/12/15	24.620	9.640	19	34.279	25.058	11.888	98	37.044
Taxa de amortização								
		20%				20%		

Movimentação do intangível em 2014:

	Controladora				Consolidado			
	Marcas e patentes	Software	Outros	Total ativo intangível	Marcas e patentes	Software	Outros	Total ativo intangível
Movimentação do custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	24.582	14.669	19	39.270	24.872	17.279	98	42.249
Adições	48	-	-	48	64	3	-	67
Baixas	(12)	-	-	(12)	(12)	-	-	(12)
Transferência	3	2.179	-	2.182	12	2.362	-	2.374
Saldos em 31/12/14	24.621	16.848	19	41.488	24.936	19.644	98	44.678
Movimentação da amortização								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	(5.062)	-	(5.062)	-	(5.115)	-	(5.115)
Adições	-	(932)	-	(932)	-	(947)	-	(947)
Saldos em 31/12/14	-	(5.994)	-	(5.994)	-	(6.062)	-	(6.062)
Saldo residual em 31/12/14	24.621	10.854	19	35.494	24.936	13.582	98	38.616

Em marcas e patentes está registrado, basicamente, o valor de aquisição da marca Impala, no ano de 2008.

O valor registrado no intangível em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 9.640 na controladora e R\$ 11.888 no consolidado corresponde a gastos na implantação do software e licenças de uso.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados das seguintes empresas:

Alíquota	31/12/15		31/12/14	
	Prejuízo fiscal 25%	Base negativa 9%	Prejuízo fiscal 25%	Base negativa 9%
Mundial S.A - produtos de Consumo	15.949	5.743	-	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	143	51	1	-
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	7.393	2.662	5.715	2.057
Companhia Florestal Zivi-Hercules	3	1	2	1
Eberle Agropastoril S.A.	21	7	14	5
Monte Magré S.A.	93	34	43	15
Eberle Bellini S.A.	40	14	36	13

Estes valores serão reconhecidos à medida que sua realização se torne provável em exercícios futuros.

(b) A Companhia registrou ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), para refletir efeitos fiscais futuros, atribuídos a prejuízos fiscais e base negativa acumulados na controladora e diferenças temporárias na controladora e nas controladas Monte Magré S/A, Eberle Equipamento e Processos e Eberle Agropastoril S/A. A composição dos tributos diferidos ativos e passivos por natureza apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Adições temporárias	-	1.503	6.594	4.338
Ativação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	12.404	-	12.404
Imposto de renda e contribuição social diferido - propriedade para investimento	(14.935)	-	(14.935)	-
Exclusões temporárias	(32.852)	(42.353)	(43.941)	(51.180)
	(47.787)	(28.446)	(52.282)	(34.438)
Ativo	-	13.907	6.594	16.742
Passivo	(47.787)	(42.353)	(58.876)	(51.180)
	(47.787)	(28.446)	(52.282)	(34.438)

Movimentação dos tributos diferidos ativos e passivos por natureza apresenta-se como segue:

Controladora	Saldo em	Reconhecimento	Reconhecimento	Saldo em
Movimentação do ativo e passivo diferido	31/12/14	no resultado	no patrimônio líquido	31/12/15
Adições temporárias	1.503	(1.503)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	12.404	(12.404)	-	-
Exclusões temporárias	(42.353)	3.624	(9.058)	(47.787)
	(28.446)	(10.283)	(9.058)	(47.787)
Consolidado	Saldo em	Reconhecimento	Reconhecimento	Saldo em
Movimentação do ativo e passivo diferido	31/12/14	no resultado	no patrimônio líquido	31/12/15
Adições temporárias	4.338	(4.338)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	12.404	(5.810)	-	6.594
Exclusões temporárias	(51.180)	4.219	(11.915)	(58.876)
	(34.438)	(5.929)	(11.915)	(52.282)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.735)	(54.841)	(42.473)	(53.344)
Equivalência patrimonial	9.293	(24.827)	-	-
Resultado negativo da controladora e suas controladas	-	-	50.611	66.638
Outras adições e exclusões permanentes líquidas, efeitos parcelamento Lei 12.996	-	40.144	-	(8.030)
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	6.471	6.090	1.812	3.232
Base de cálculo	(25.971)	(33.434)	9.950	8.496
Imposto de renda 15%		-	(1.493)	(1.274)
Contribuição social 9%	-	-	(896)	(765)
Adicional de 10%	-	-	(971)	(827)
Total	-	-	(3.360)	(2.866)
Outros	-	-	(48)	(139)
Total	-	-	(3.408)	(3.005)
Alíquota efetiva do imposto	0%	0%	8%	5%

20 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante. Referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

Modalidade	Taxa contrato	Taxa efetiva % a.m	Controladora	
			31/12/15	31/12/14
Capital de giro - CCB	CDI + 0,77% a.m.	1,88	30.559	29.617
Capital de giro - conta garantida	CDI + 0,90% a.m.	1,82	-	1.147
Capital de giro - CCE-NCE	CDI + 0,94% a.m.	2,05	40.715	47.722
Carta fiança	0,46% a.m.	0,46	859	841
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,70% a.m.	4,17	4.475	3.849
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,83% a.m.	4,30	2.632	2.116
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,84% a.m.	1,95	39.594	40.362
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	1,42% a.m.	1,42	3.024	4.474
			121.858	130.128
Passivo circulante			112.455	121.882
Passivo não circulante			9.403	8.246
			121.858	130.128

Modalidade	Taxa contrato	Consolidado		
		Taxa efetiva % a.m	31/12/15	31/12/14
Capital de giro - CCB	CDI + 0,77% a.m.	1,88	34.062	33.026
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,72% a.m.	1,83	1.205	5.131
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,94% a.m.	2,05	40.715	47.722
Fiança	0,46% a.m.	0,46	859	841
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,70% a.m. *	4,17	4.475	3.849
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,83% a.m. *	4,30	2.632	2.116
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,80% a.m.	1,91	51.125	40.362
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	1,42% a.m.	1,42	3.332	5.281
			138.405	138.328
Passivo circulante			128.853	129.772
Passivo não circulante			9.552	8.556
			138.405	138.328

* O percentual da variação cambial do exercício foi de 2015 foi de 47,01%.

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 51 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,77% a.m.

Os empréstimo de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB's e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 17 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,94% a.m.

O contrato de prestação de fiança está garantido por CDB's e aval. Esta fiança tem prazo de até 12 meses e foi negociada em uma taxa média de 0,46% a.m.

Os adiantamentos de contrato de câmbio-ACC estão garantidos por duplicatas mercado interno e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 7 meses e foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 0,70% a.m.

Os adiantamentos de câmbio-ACE estão garantidos por cambiais Mercado Externo, CDB e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 5 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 0,83% a.m.

Os descontos de duplicatas/fomentos estão garantidos por notas promissórias , aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas. Foram negociados a uma taxa média de CDI + 0,84% a.m.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 52 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,42% a.m.

Operações nas controladas:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 5 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,20% a.m.

Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 42 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI - 0,10% a.m.

Os empréstimo de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 6 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,72% a.m.

Os descontos de duplicatas/fomentos estão garantidos por NP, aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas. Foram negociados a uma taxa média de CDI + 0,67% a.m.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 15 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,45% a.m.

Mundial Inc.

A Companhia adquiriu um empréstimo de US\$ 850 mil que tem como garantia de pagamento as duplicatas a receber, os estoques e equipamentos. Esse empréstimos tem vencimento em 30 de junho de 2016.

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	6.834	6.950
2018	1.912	1.933
2019 em diante	<u>657</u>	<u>669</u>
	<u>9.403</u>	<u>9.552</u>

21 Impostos e contribuições sociais

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia e suas controladas.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 300 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 41.039, valores diretamente vinculados ao parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/2009.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos da Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

A Companhia aderiu em 25 de agosto de 2014 ao parcelamento federal instituído pela Lei nº. 12.996/2014 (reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009), que possibilitou a inclusão de todos os débitos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos e condições da Lei 11.941/2009.

Na etapa seguinte, em dezembro de 2014, a Companhia ultimou as providências atreladas à contabilização do passivo tributário federal enquadrável no parcelamento da Lei 12.996/2014 (vencimento até dezembro de 2013), abatendo multas e juros com Prejuízos Fiscais e Base Negativa e indicando o número de parcelas desejado para cada um dos módulos previstos (até 180 meses).

Em 06 de outubro de 2014 a Companhia, suas controladas e coligadas, aderiram aos termos da Medida Provisória nº. 651, de 09 de julho de 2014 (convertida posteriormente na Lei 13.043/2014), com previsão de quitação de passivo tributário federal parcelado, inclusive com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para abatimento de principal, multas e juros.

Nesta esteira, a Companhia, em dezembro de 2014, optou pelo reconhecimento de todo o passivo tributário federal parcelado na Lei 11.941/2009, indicando tais débitos nos termos da MP nº. 651 (Lei 13.043/2014), exceto no que diz respeito aos débitos oriundos da revisão do passivo tributário conforme mencionado acima. Ainda, importante referir que o êxito atrelado à extinção de tais débitos, dentro do projeto de revisão, é considerado provável pelos consultores responsáveis.

Seguindo as premissas estabelecidas pelo artigo 33 e seguintes da Lei nº. 13.043/2014, a Companhia indicou Prejuízos Fiscais e Base Negativa para quitação de 70% (setenta por cento) do passivo tributário federal consolidado no parcelamento da Lei 11.941/2009. O saldo, de 30% (trinta por cento), será pago em espécie e de forma parcelada.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

Composição do passivo tributário:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
REFIS (k)	84.889	80.418	84.889	80.418
Parcelamento Lei 11.941 (a)	61.127	55.263	65.117	59.057
Parcelamento Lei 12.996 (b)	97.237	87.991	157.773	143.576
PAES (FNDE) (c)	6.269	5.160	6.269	5.160
AJUSTAR - ICMS (d)	35.002	36.445	35.002	42.022
Parcelamento de ICMS Ordinário e Em Dia (e)	6.368	8.392	9.594	5.439
Parcelamento de FGTS (f)	7.842	8.098	8.823	9.464
Outros parcelamentos (g)	5.125	5.240	5.368	5.542
PIS (h)	11.583	13.300	12.373	14.959
COFINS (h)	53.360	61.123	57.032	69.824
IPI (h)	446	2.658	4.065	7.670
INSS (h)	15.451	21.112	15.451	21.112
IRPJ (h)	263	375	263	375
CSLL (h)	97	137	97	137
Impostos e contribuições (i)	100.779	57.810	178.228	96.177
Depósitos judiciais (j)	(13.361)	(12.850)	(13.361)	(12.850)

472.477	430.672	626.983	548.082
----------------	----------------	----------------	----------------

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Passivo circulante	132.148	85.583	216.222	130.255
Contribuições sociais	77.637	38.301	93.863	46.240
Obrigações fiscais federais	45.735	30.319	92.797	55.050
Obrigações fiscais estaduais	7.066	15.511	27.567	27.284
Obrigações fiscais municipais	1.710	1.452	1.995	1.681
Passivo não circulante	340.329	345.089	410.761	417.827
Contribuições sociais	26.436	32.422	27.348	33.684
Obrigações fiscais federais	280.812	278.931	348.868	349.725
Obrigações fiscais estaduais	32.894	33.433	34.167	33.887
Obrigações fiscais municipais	187	303	378	531

472.477	430.672	626.983	548.082
----------------	----------------	----------------	----------------

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

	Controladora	Consolidado
2016	27.866	35.088
2017	24.045	30.440
2018 em diante	167.059	222.418
Total	218.970	287.946
REFIS, PIS, COFINS, IPI E INSS e impostos e contribuições	253.507	339.037
	472.477	626.983

(a) Parcelamento Lei 11.941/09 – Parcelamento Federal

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Essa opção resultou em uma redução da dívida em R\$ 76.051, na controladora, reconhecida na rubrica “outras despesas e receitas operacionais”, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa, até 31 de dezembro de 2008.

O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Seguindo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a Companhia formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Companhia identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, o que a levou a iniciar um trabalho específico de revisão para o confronto das informações fornecidas à Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação.

Em 06 de outubro de 2014 a Companhia, suas controladas e coligadas, aderiram aos termos da Medida Provisória nº. 651, de 09 de julho de 2014 (convertida na Lei 13.043/2014), com previsão de quitação de passivo tributário federal parcelado, inclusive com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para abatimento de principal, multas e juros.

Nesta esteira, a Companhia, em dezembro de 2014, optou pelo reconhecimento de todo o passivo tributário federal parcelado na Lei 11.941/2009, indicando tais débitos nos termos da MP nº. 651 (Lei 13.043/2014), exceto no que diz respeito aos débitos oriundos da revisão do passivo tributário conforme mencionado acima. Ainda, importante referir que o êxito atrelado à extinção de tais débitos, dentro do projeto de revisão, é considerado provável pelos consultores responsáveis.

Seguindo as premissas estabelecidas pelo artigo 33 e seguintes da Lei nº. 13.043/2014, a Companhia indicou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para quitação de 70% (setenta por cento) do passivo tributário federal consolidado no parcelamento da Lei 11.941/2009. O saldo, de 30%, será pago em espécie e de forma parcelada.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

A Companhia aguarda neste momento a divulgação do cronograma da Secretaria da Receita Federal do Brasil a respeito da consolidação dos débitos no parcelamento federal.

Pela adesão ao parcelamento, as dívidas tributárias foram incluídas conforme tabela abaixo que também demonstra o saldo residual das modalidades incluídas no parcelamento, em 31 de dezembro de 2015:

Parcelamento 11.941/ 13.043	Controladora					Consolidado				
	Saldo antes da adesão a Lei 13.043	Prejuízos fiscais e base negativa utilizados	Atualização	Pagamento	Total 31/12/15	Saldo antes da adesão a Lei 13.043	Prejuízos fiscais e base negativa utilizados	Atualização	Pagamento	Total 31/12/15
Parc. Art. F - Previdenciário-RFB	1.603	(1.122)	81	(31)	531	3.311	(2.318)	168	(68)	1.093
Parc. Art. F - Demais Débitos-RFB	53.808	(37.666)	2.363	(302)	18.203	63.636	(44.545)	2.861	(431)	21.521
Parc. Art. 2º - Aproveitamento de IPI-RFB	72.554	(50.788)	3.203	(209)	24.760	72.554	(50.788)	3.202	(209)	24.759
Parc. Art. 3º - Demais Débitos-RFB	22.336	(15.635)	971	(113)	7.479	22.484	(15.700)	978	(281)	7.481
Parc. Art. F - Previdenciário-PGFN	11.282	(7.898)	495	(63)	3.816	11.611	(8.127)	512	(70)	3.926
Parc. Art. F - Demais Débitos-PGFN	1.836	(1.285)	78	(40)	589	1.836	(1.285)	78	(40)	589
Parc. Art. 2º - Aproveitamento de IPI-PGFN	17.139	(11.997)	748	(141)	5.749	17.139	(11.997)	748	(142)	5.748
Montante parc. pela adesão - Saldo em 31/12/15	180.558	(126.391)	7.939	(979)	61.127	192.571	(134.760)	8.547	(1.241)	65.117

O montante total da adesão de R\$ 55.263 será pago em dinheiro e o restante do valor R\$ 126.391 foi liquidado com os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprio no montante de R\$ 35.114 recebido por transferência das empresas controladoras e coligadas no valor de total de R\$ 91.277.

(b) Parcelamento Lei 12.996/2014 – Parcelamento Federal

Com a aprovação da Administração da Companhia em 25 de agosto de 2014 foi aprovado a adesão ao programa de parcelamento de débitos federais conforme Lei nº. 12.996/2014 (reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009), que possibilitou a inclusão de todos os débitos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos e condições da Lei 11.941/2009.

Na etapa seguinte, em dezembro de 2014, a Companhia ultimou as providências atreladas à contabilização do passivo tributário federal enquadrável no parcelamento da Lei 12.996/2014 (vencimento até dezembro de 2013), abatendo multas e juros e encargos e utilizando Prejuízos Fiscais e Base Negativa e indicando o número de parcelas desejado para cada um dos módulos previstos em até 180 parcelas atualizadas pela taxa SELIC.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução do passivo tributário federal.

Importante destacar que a Companhia aguarda neste momento a divulgação da Secretaria da Receita Federal do Brasil a consolidação dos débitos incluídos no parcelamento referido parcelamento.

Pela adesão ao parcelamento, as dívidas tributárias foram incluídas conforme tabela abaixo que também demonstra o saldo residual das modalidades incluídas no parcelamento, em 31 de dezembro de 2015:

Parcelamento 12.996	Controladora					Consolidado				
	Demais Débitos no Âmbito da RFB	Demais Débitos no Âmbito da PGFN	Débitos Previdenci- ários no Âmbito da RFB	Débitos Previdenci- ários no Âmbito da PGFN	Total 31/12/15	Demais Débitos no Âmbito da RFB	Demais Débitos no Âmbito da PGFN	Débitos Previdenci- ários no Âmbito da RFB	Débitos Previdenci- ários no Âmbito da PGFN	Total 31/12/15
Montante incluídos no Parcelamento	20.553	74.741	2.266	90.927	188.487	36.527	136.077	3.176	109.950	285.730
Redução por desconto	(2.383)	(21.054)	(268)	(23.413)	(47.118)	(4.172)	(37.656)	(365)	(28.515)	(70.708)
Total	18.170	53.687	1.998	67.514	141.369	32.355	98.421	2.811	81.435	215.022
Prejuízos fiscais e base negativa	(2.862)	(16.349)	(341)	(16.947)	(36.499)	(3.669)	(24.059)	(342)	(19.448)	(47.518)
Redução por pagamento em dinheiro	(175)	(114)	(3)	(155)	(447)	(368)	(301)	(4)	(292)	(965)
Depósitos legais utilizados	(2.887)	(7.353)	(163)	(9.959)	(20.362)	(4.044)	(14.112)	(203)	(11.401)	(29.760)
Atualização	2.297	5.242	255	7.126	14.920	4.418	10.675	385	8.863	24.341
Pagamentos	(603)	(487)	(84)	(570)	(1.744)	(968)	(1.004)	(143)	(1.232)	(3.347)
	13.940	34.626	1.662	47.009	97.237	27.724	69.620	2.504	57.925	157.773

(c) PAES – Parcelamento Especial

Em julho de 2003, conforme Lei nº 10.684/02, a Companhia aderiu ao PAES, com a inclusão de impostos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com atualização mensal pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Atualmente, a parcela mensal é de R\$ 141.

(d) AJUSTAR – Parcelamento ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (AJUSTAR) junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 59.237 e o pagamento do saldo restante em 120 parcelas, atualizadas pela SELIC.

Em dezembro de 2010, a Mundial adjudicou junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul um imóvel avaliado em R\$ 30.060, gerando redução da dívida.

Atualmente, o valor consolidado do parcelamento AJUSTAR é de R\$ 23.476, o qual vem sendo pago em parcelas mensais e consecutivas. O valor do pagamento mensal é de R\$ 453.

(e) Parcelamento – ICMS

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (REFAZ) junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul.

Atualmente, o valor do parcelamento é de R\$ 11.525, com parcelas mensais de R\$ 105.

A controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda. possui junto a PGE – Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, parcelamentos no montante de R\$ 455, com parcelas pré-fixadas no ato da adesão ao parcelamento, atualizadas pela SELIC. O valor total pago mensalmente é aproximadamente R\$ 17.

A controlada Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. possui junto a PGE – Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais, parcelamentos no montante de R\$ 2.772, com parcelas pré-fixadas no ato da adesão ao parcelamento, atualizadas pela SELIC. O valor total pago mensalmente é aproximadamente R\$ 152.

(f) Parcelamento de FGTS

A Mundial possuía saldo contábil, relativo a parcelamento de FGTS junto à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 4.008 em 31 de dezembro de 2013 juntamente com o Termo de Confissão de Dívida junto à Caixa Econômica Federal, assinado pela Companhia em dezembro de 2011.

Em 11 de fevereiro de 2014 a Mundial realizou um aditamento para inclusão de outros débitos de FGTS, no montante de R\$ 4.090, de modo que o saldo contábil total em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 7.842.

A Mundial S.A. constatou, na assinatura do compromisso de pagamento do referido parcelamento em outubro de 2009, uma divergência no montante de R\$ 13.027 entre a posição informada pela Caixa Econômica Federal e o saldo mantido pela Mundial, que na data apurou a dívida num montante de R\$ 16.941, a ser pago em 72 parcelas.

A Mundial S.A. protocolou revisão administrativa junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no intuito de verificar duplicidades identificadas nos débitos incluídos no parcelamento de FGTS realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF). Essa revisão visa verificar e corrigir as discrepâncias e determinar o saldo efetivamente devido junto ao parcelamento do FGTS. O pedido de revisão do débito foi formalizado perante a Subdelegacia do Trabalho e Emprego – Caxias do Sul. O Ministério do Trabalho reconheceu a existência de duplicidade de valores parcelados, por amostragem.

Adicionalmente, a Mundial S.A. protocolou ação judicial ordinária, com pedido de antecipação de tutela contra a Caixa Econômica Federal, para evitar a exclusão do parcelamento do FGTS, tendo em vista que a cláusula oitava do Termo de Parcelamento prevê a exclusão do referido parcelamento em caso de inadimplemento de três prestações. A ação judicial visa, ainda, o depósito em juízo das parcelas vencidas e vincendas, objetivando a suspensão da exigibilidade da dívida.

Em 10 de agosto de 2011 foi proferida decisão na ação judicial antecipando a tutela requerida pela Mundial S.A. para que a CEF se abstenha de excluí-la do parcelamento. A Mundial continua no aguardo da devida correção por parte do órgão competente.

Desde então, a Mundial realizou os depósitos judiciais das parcelas de acordo com os termos da decisão. Tendo em vista a existência de saldo devedor não incluído no parcelamento, no valor de R\$ 5.507, a Mundial consolidou novo saldo devedor mediante realização de novo acordo de parcelamento. Os valores depositados na conta judicial foram utilizados para quitar as 10 primeiras parcelas deste novo parcelamento, até outubro de 2012.

A revisão administrativa perante o MTE continua em andamento visando a adequação da dívida parcelada, bem como a ação judicial que obteve o provimento para exigir o cumprimento da revisão administrativa continua ativa de modo a preservar os interesses da Mundial.

(g) Outros Parcelamentos

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que a Mundial possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 303 e com parcelas mensais de R\$ 11 e parcelamento junto ao Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no montante de R\$ 4.822, com parcelas mensais de R\$ 36.

A controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda. possui parcelamentos junto a Prefeitura Municipal de Guarulhos, de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, no montante de R\$ 108, com parcelas mensais de R\$ 3, e um parcelamentos de ISS no montante de R\$ 135, com parcelas mensais de R\$ 1.

(h) INSS, IPI, PIS, COFINS, ICMS IRPJ e CSLL

Referem-se a compensações efetuadas junto à Secretária da Receita Federal – SRF e à Secretária Estadual do Rio Grande do Sul - SEFAZ, pendentes de homologação.

(i) Impostos e contribuições

O saldo é composto principalmente por impostos e contribuições.

(j) Depósito judicial

Em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 13.361, atualizado, corresponde à venda de terrenos e prédios, através de alienação judicial mediante acordo entre a Companhia e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para quitação de tributos federais. Os depósitos judiciais iniciaram em 10 de fevereiro de 2012 e encerraram em 04 de dezembro de 2012 os recursos estão em conta judicial vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional. A Companhia e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional estão em tratativas para definição de quais impostos federais serão amortizados com recursos objeto da alienação

(k) Tributos e contribuições sociais – programa de recuperação fiscal (REFIS)

A Mundial aderiu ao programa em dezembro de 1999, tendo declarado todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida e posteriormente normatizadas pela Resolução nº 004 da SRF, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no parcelamento REFIS, a Mundial passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calcula uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na estimativa de crescimento do faturamento deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante de R\$ 80.418 (R\$ 3.879 no passivo circulante e R\$ 76.539 no passivo não circulante). A administração mantém o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados. Este montante tem sido revisado a cada data de reporte e será ajustado à medida que alterações relevantes sejam identificadas.

Atualmente a parcela mensal é de aproximadamente R\$ 387.

O programa estabeleceu ainda, como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Mundial do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita e ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC), recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Em 31 de dezembro de 2015, esta eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 968.044, sendo necessário reconhecer passivo adicional de cerca de R\$ 891.505 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 76.539.

A Companhia está em negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Brasil com o objetivo de aplicar parte do valor que possui como depósito judicial para amortização da dívida do REFIS.

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº 346, demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa aos valores nominais, que consideram os saldos da Mundial S.A. e da Zivi S.A. (incorporada pela Mundial):

	Principal	Juros e multa	Créditos fiscais	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/12/15
PIS	9.090	6.301	(5.014)	10.377	11.869	(1.806)	20.440
COFINS	39.438	30.509	(23.891)	46.056	52.679	(8.015)	90.720
IPI	34.907	32.548	(18.730)	48.725	55.732	(8.479)	95.978
IRRF	4.443	3.713	(325)	7.831	8.957	(1.363)	15.425
CSL	33.075	839	(707)	33.207	37.983	(5.779)	65.411
IRPJ	69.841	1.845	(1.845)	69.841	79.885	(12.154)	137.572
INSS	85.556	63.140	(20.807)	127.889	146.280	(22.256)	251.913
	276.350	138.895	(71.319)	343.926	393.385	(59.852)	677.459

Para os tributos e contribuições existentes, foram dados em garantia edificações, terrenos, máquinas, equipamentos e imóveis de empresas controladas.

Por conta de decisão judicial favorável, a Mundial encontra-se com status ativo no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa.

22 Provisão para contingências

A Mundial e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos na análise das demandas judiciais pendentes com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Provisões trabalhistas e cíveis	1.716	3.485	2.445	4.651
	1.716	3.485	2.445	4.651
Depósitos judiciais	(771)	(1.900)	(771)	(1.900)
	945	1.585	1.674	2.751

Existem outros processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montante apresentados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Causas cíveis	11.129	11.050	11.271	11.104
Causas trabalhistas	4.409	4.778	4.818	5.473
Causas tributárias	19.949	16.850	19.949	50.116
	35.487	32.678	36.038	66.693

23 Patrimônio líquido

Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2013 foi aprovado o grupamento das ações ordinárias da Companhia na proporção de 120 por 1, alterando a quantidade das ações de 297.631.213 para 2.480.260, com base no artigo 12 da lei 6.404/76, no artigo 1º, inciso XI da instrução CVM 323/2000 e na Instrução CVM 358/02.

O capital social de R\$ 43.794, ficou dividido em 2.480.260 ações ordinárias nominativas escriturárias e sem valor nominal a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 1.176.662 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de reavaliação é de R\$ 26.315 e R\$ 41.661 em 31 de dezembro de 2014 líquido das depreciações acumuladas e dos efeitos tributários na controladora e consolidado, respectivamente.

A movimentação da reavaliação que compõe o custo corrigido do imobilizado é registrada em contrapartida no patrimônio líquido da Mundial S.A. e suas controladas, está abaixo apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2003	2007	2003
Valor de mercado	135.342	180.957	179.830	219.448
Custo original, líquido de depreciação	(86.940)	(28.953)	(114.706)	(40.022)
Reavaliação	48.402	152.004	65.124	179.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.457)	(51.681)	(22.142)	(61.005)
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	31.945	100.323	42.982	118.421
Movimentação da reserva de reavaliação:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Valor de mercado	316.299	316.299	399.278	399.278
Custo original, líquido de depreciação	(115.893)	(115.893)	(154.728)	(154.728)
Reavaliação	200.406	200.406	244.550	244.550
Depreciação	(69.011)	(67.745)	(74.759)	(73.386)
Baixa ativo imobilizado	(34.352)	(34.352)	(55.368)	(55.368)
Estorno reserva de reavaliação	(43.298)	(43.173)	(52.891)	(52.766)
Transferência-Ajustes de Avaliação Patrimonial	(17.285)	-	(21.662)	-
Saldo reavaliação	36.460	55.136	39.870	63.030
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(68.138)	(68.138)	(83.147)	(83.147)
Depreciação	23.484	23.036	25.439	24.954
Baixa ativo imobilizado	11.679	11.679	18.824	18.825
Estorno reserva de reavaliação	14.702	14.737	17.964	17.999
Transferência-Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.877	-	7.365	-
Saldo imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.396)	(18.686)	(13.555)	(21.369)
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	24.064	36.450	26.315	41.661
Reavaliação reflexa	2.251	5.211		
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	26.315	41.661		

Reserva de lucros

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido acumulado após as destinações para reserva legal e distribuição de dividendos.

Ajustes acumulados de conversão

Os saldos referem-se às diferenças de moedas estrangeiras decorrentes da conversão das informações contábeis geradas no exterior.

Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem os ajustes de propriedade para investimento avaliadas ao valor justo líquidos de efeitos tributários da Mundial S.A. – Produtos de Consumo e suas controladas. Tais ajustes são reclassificados para o resultado do período quando da alienação dos ativos a que eles se referem.

24 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Mundial S.A. no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2014 conforme o quadro abaixo:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Resultado do exercício	(52.018)	(28.911)
Ações ordinárias	2.479.480	2.479.480
Resultado por ação ordinária	(20,9794)	(11,6599)

Em 31 de dezembro de 2015, a Mundial S.A. apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Mundial S.A. e suas controladas registram em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados. Os instrumentos financeiros são contratados através de uma política de gerenciamentos de riscos relacionados a redução da exposição em moeda estrangeira e taxa de juros, bem como manter sua capacidade de investimentos e financiar seu crescimento.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas em relação aos valores de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mantidos até o vencimento				
Aplicação financeira	25	525	7.222	5.135
Títulos de capitalização	626	1.218	626	1.233
Empréstimos e recebíveis	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Clientes	69.688	61.396	121.222	112.556
Partes relacionadas	54.800	35.462	7.910	2.966
Debêntures a receber	304.638	304.638	304.638	304.638
Títulos a receber	17.953	18.437	23.013	18.606
Outros créditos	83.191	70.697	91.616	78.599

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mantidos até o vencimento				
Empréstimos, financiamentos	121.858	130.128	138.405	138.328
Fornecedores	28.749	28.234	38.404	36.004
Partes relacionadas	103.868	62.338	-	40

Em 31 de dezembro de 2015, a Mundial S.A. e suas controladas mantêm aplicações em CDB, classificadas como ativos financeiros mantidos até o vencimento, as quais estão atreladas aos empréstimos e financiamentos.

c. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora	31/12/15		31/12/14	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	411	411	973	973
Clientes	69.688	69.688	61.396	61.396
Partes relacionadas	54.800	54.800	35.462	35.462
Debêntures a receber	304.638	304.638	304.638	304.638
Títulos a receber	19.323	19.323	18.606	18.606
Outros créditos	83.191	83.191	70.697	70.697
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	121.858	121.858	130.128	130.128
Fornecedores	28.749	28.749	28.234	28.234
Partes relacionadas	103.868	103.868	62.338	62.338
Consolidado	31/12/15		31/12/14	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	12.717	12.717	10.352	10.352
Clientes	121.222	121.222	112.556	112.556
Partes relacionadas	7.910	7.910	2.966	2.966
Debêntures a receber	304.638	304.638	304.638	304.638
Títulos a receber	24.383	24.383	18.436	18.436
Outros créditos	91.616	91.616	78.599	78.599
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	138.405	138.405	138.328	138.328
Fornecedores	38.404	38.404	36.004	36.004

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15		31/12/15	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados valor justo				
Propriedades para investimentos	51.213	51.213	63.509	63.509

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e financiamentos possuem taxas de juros pré e pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado, dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

d. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia e suas controladas, exportam e importam predominantemente em dólar norte-americano, gerencia e monitora a exposição cambial procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

O endividamento e o resultado das operações são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio. A exposição líquida pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Modalidade	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Adiantamento de câmbio	(7.107)	(5.965)	(7.107)	(5.965)
Empréstimo	(1.807)	(3.161)	(1.807)	(3.161)
Fornecedor	(3.305)	(481)	(4.335)	(2.828)
Passivo vinculado ao US\$	(12.219)	(9.607)	(13.249)	(11.954)
Cientes	32.829	21.693	6.820	4.318
Adiantamento de fornecedor	2.562	-	3.235	-
Mútuo	7.740	5.911	-	-
Ativo vinculado ao US\$	43.131	27.604	10.055	4.318
Exposição líquida	30.912	17.997	(3.194)	(7.636)

Abaixo estão demonstradas as taxas de câmbio aplicadas em 2015 e 2014:

	31/12/15	31/12/14
US\$	3,9042	2,6556

Análise de sensibilidade:

Uma retração ou fortalecimento do Real contra o Dólar aumentaria o patrimônio e o resultado da Companhia, conforme demonstrado abaixo. Esta análise é baseada nas variações que a Mundial S.A. e suas controladas considera razoável para a taxa de câmbio no exercício.

	Controladora		Controladora	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Alteração no patrimônio líquido				
R\$/US\$ (25%) - redução	(7.728)	(4.499)	(799)	1.909
R\$/US\$ (50%) - redução	(15.456)	(8.052)	(1.598)	(3.818)
R\$/US\$ 25% - aumento	7.728	4.499	799	1.909
R\$/US\$ 50% - aumento	15.456	8.999	1.598	3.818

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Alteração no resultado do exercício				
R\$/US\$ (25%) - redução	(7.728)	(4.499)	(799)	(1.909)
R\$/US\$ (50%) - redução	(15.456)	(8.999)	(1.598)	(3.818)
R\$/US\$ 25% - aumento	7.728	4.499	799	1.909
R\$/US\$ 50% - aumento	15.456	8.999	1.598	3.818

ii. Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Mundial S.A. e suas controladas a riscos de crédito referem-se às disponibilidades, às contas a receber e títulos a receber. Todas as operações da Mundial S.A e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	411	973	12.717	10.352
Contas a receber de clientes	69.688	61.396	121.222	112.556
Mútuos a receber	54.800	35.402	7.910	2.966
Títulos a receber	19.323	18.437	24.383	18.606
	144.222	116.208	166.232	144.480

A exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes entre mercado interno e externo está distribuído a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Conta a receber de clientes				
Mercado interno	36.859	39.497	114.402	108.186
Mercado externo	32.829	21.899	6.820	4.370
	69.688	61.396	121.222	112.556

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor.

iii. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Mundial e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Mundial mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Mundial eram:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Intrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	52.527	67.501	67.845	68.308
	52.527	67.501	67.845	68.308
Intrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	651	1.743	7.848	2.791
Passivos financeiros	69.331	64.523	70.560	68.507
	69.982	66.266	78.408	71.298

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Mundial S.A. e suas controladas contabilizam todos os ativos ou passivos financeiros de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável

Uma alteração nas bases das taxas de juros, na data das informações contábeis, teria aumentado (reduzido) o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

A análise é conduzida com a mesma base para 2014.

Controladora				
Instrumentos de taxa variável	31/12/15	31/12/14		
Passivos financeiros	69.982	66.266		
	Receita sobre índice 31/12/15	Taxa provável	Redução de 25%	Aumento de 25%
Passivos financeiros sujeitos a variação CDI	14,14%	14,14%	10,61%	17,68%
Projeção sobre passivo financeiro	-	9.895	7.425	12.373

Consolidado				
Instrumentos de taxa variável	31/12/15	31/12/14		
Passivos Financeiros	78.408	68.308		
	Receita sobre índice 31/12/15	Taxa provável	Redução de 25%	Aumento de 25%
Passivos financeiros sujeitos a variação CDI	14,14%	14,14%	10,61%	17,68%
Projeção sobre passivo financeiro	-	11.087	8.319	13.863

iv. **Risco de moeda com variações cambiais - Passivo vinculado ao US\$**

Os empréstimos e financiamentos têm negociação ativa e as taxas de juros são pré-fixadas, como a operação de capital de giro atrelada ao dólar e estão consistentes com as praticadas no mercado.

As operações em dólar de capital de giro da controladora estão passíveis a variação cambial visto que não estão atreladas a nenhum tipo de derivativo e estão negociadas no curto prazo. Dessa forma, para todas as operações os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

26 Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	296.896	307.859	520.061	494.767
Mercado externo	29.192	24.514	20.702	15.848
Impostos devoluções e abatimentos	(73.976)	(74.402)	(132.850)	(126.761)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(3.765)	(3.801)	(3.765)	(3.801)
Receita operacional líquida	248.347	254.170	404.148	380.053

27 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(216.015)	(206.131)	(272.053)	(254.293)
Despesas com vendas	(37.057)	(39.178)	(89.142)	(78.703)
Despesas administrativas e gerais	(12.833)	(16.429)	(31.852)	(34.562)
Honorários da administração	(2.594)	(2.746)	(2.594)	(2.746)
Outras receitas e despesas operacionais	3.360	(741)	4.024	(1.635)
	(265.139)	(265.225)	(391.617)	(371.939)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(11.542)	(10.753)	(13.181)	(11.764)
Despesas com pessoal	(104.910)	(100.855)	(133.928)	(129.257)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(105.886)	(105.529)	(149.192)	(142.371)
Frete	(5.893)	(6.112)	(14.027)	(12.581)
Energia elétrica	(9.170)	(4.643)	(9.782)	(4.868)
Comissões	(9.418)	(10.585)	(20.995)	(18.598)
Conservação e manutenção	(6.108)	(5.743)	(16.194)	(6.653)
Aluguéis	(1.053)	(36)	(6.944)	(5.299)
Outras despesas	(11.159)	(20.969)	(27.374)	(40.548)
	(265.139)	(265.225)	(391.617)	(371.939)

28 Outras receitas / despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Outras receitas operacionais				
Ganho com alienação de imobilizado	5.432	-	5.439	65
Receita de aluguel	1.078	992	1.078	1152
Outras receitas operacionais	107	228	1.337	368
	6.617	1.220	7.854	1.585
Outras despesas operacionais				
Perda com alienação de imobilizado	-	(211)	-	(211)
Redução ao valor recuperável	(1.370)	-	(1.370)	-
Outras despesas operacionais	(1.887)	(1.750)	(2.460)	(3.009)
	(3.257)	(1.961)	(3.830)	(3.220)
Total de outras receitas / despesas operacionais	3.360	(741)	4.024	(1.635)

29 Resultado financeiro

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receitas financeiras				
Receitas financeiras com partes relacionadas e outras	-	-	38	36
AVP - Cliente	3.981	-	9.040	-
	3.981	-	9.078	36
Despesas financeiras				
Despesas de giro (empréstimos e financiamentos)	(16.110)	(31.283)	(49.746)	(43.427)
	(16.110)	(31.283)	(49.746)	(43.427)
Outras despesas financeiras				
Outras despesas financeiras - (atualização passivo tributário)	(1.784)	(37.330)	(12.202)	(18.067)
AVP - Fornecedor	(1.737)	-	(2.134)	-
	(3.521)	(37.330)	(14.336)	(18.067)
Resultado financeiro	(15.650)	(68.613)	(55.004)	(61.458)

30 Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais da Companhia estão divididos nos seguintes grupos: Personal Care, Gourmet, Craft, Fashion e Syllent e outras empresas.

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Personal Care: tem por objeto a fabricação e a comercialização de artigos de manicure e beleza pessoal, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Gourmet: tem por objetivo a fabricação e a comercialização de facas profissionais, talheres e utensílios de uso geral, a importação e exportação destes produtos.

Craft: tem por objetivo a fabricação e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

Syllent: Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (Syllent).

Outras Empresas:

Correspondem a controladas diretas e indiretas, Mundial Inc. e Mundial Personal Care LLC, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina, com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro e Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda., com sede em Manaus, a Companhia efetua comercialização e distribuição dos produtos de *persona carré*, *fascino* e *gourmet*, motores e demais itens de beleza pessoal.

Apresentação do resultado por divisão:

Saldo em 31/12/15	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado
Receita líquida	146.408	173.495	36.971	16.310	30.964	-	404.148
(-) CPV	(125.629)	(92.051)	(26.904)	(13.996)	(13.473)	-	(272.053)
Margem bruta	20.779	81.444	10.067	2.314	17.491	-	132.095
Despesas com vendas	(25.042)	(41.300)	(8.002)	(3.386)	(11.412)	-	(89.142)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	(30.422)	(30.422)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(55.004)	(55.004)
Impostos sobre o lucro e diferido	-	-	-	-	-	(9.337)	(9.337)
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	(208)	(208)
Resultado	(4.263)	40.144	2.065	(1.072)	6.079	(94.971)	(52.018)

Saldo em 31/12/14	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado
Receita líquida	172.999	135.905	31.931	17.089	22.129	-	380.053
(-) CPV	(130.134)	(78.049)	(23.670)	(13.518)	(8.922)	-	(254.293)
Margem bruta	42.865	57.856	8.261	3.571	13.207	-	125.760
Despesas com vendas	(25.832)	(33.000)	(8.872)	(3.223)	(7.776)	-	(78.703)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	(38.943)	(38.943)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(49.435)	(49.435)
Impostos sobre o lucro e diferido	-	-	-	-	-	12.599	12.599
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	(189)	(189)
Resultado	17.033	24.856	(611)	348	5.431	(75.968)	(28.911)

31 Coberturas de seguros

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os bens da Companhia encontram-se segurados contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contratada pela Companhia e suas controladas é composta por R\$ 20.500 para responsabilidade civil, R\$ 52.700 para danos materiais.

Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à coligada Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

32 Emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de setembro de 2014, conforme deliberado pela reunião do Conselho de Administração de 21 de agosto de 2014, foi aprovado pela maioria dos acionistas presentes o cancelamento e, dessa forma, tornadas sem efeito todas as matérias da ordem do dia e deliberações tomadas pelos membros presentes na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de maio de 2013, e na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de junho de 2013, tendo em vista a não realização da emissão de debêntures aprovada em ambos os atos. Nesta mesma Assembleia de 08 de setembro de 2014, foi aprovada a emissão de 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiduciária, em uma única série, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, com base na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Esta captação faz parte do processo de reestruturação e alongamento da dívida financeira da Mundial e os recursos provenientes da mesma serão direcionados para o alongamento da dívida financeira da Companhia.

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin – Presidente
Paulo Roberto Leke – Vice Presidente
Adolpho Vaz de Arruda Neto – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Julio Cesar Camara – Diretor
Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor

TCCRC- RS 084547/O-0 SSP

Ivanês Grison Souto

CPF: 522.635.500-97